



JUCESP PROTOCOLO
1390119/07-5

JUCESP



JUCESP

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DE DEBÊNTURES SIMPLES,
DA ESPÉCIE COM GARANTIA FLUTUANTE, EM SÉRIE ÚNICA, PARA
DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA 2ª EMISSÃO DA SANTHER - FÁBRICA DE
PAPEL SANTA THEREZINHA S.A.**

ENTRE

SANTHER - FÁBRICA DE PAPEL SANTA THEREZINHA S.A.

como Emissora

E

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E
VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

*representando a comunhão dos titulares adquirentes das debêntures objeto da presente
emissão*

Datado de

10 de setembro de 2007

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DE DEBÊNTURES SIMPLES,
DA ESPÉCIE COM GARANTIA FLUTUANTE, EM SÉRIE ÚNICA, PARA
DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA 2ª EMISSÃO DA SANTHER - FÁBRICA DE
PAPEL SANTA THEREZINHA S.A.**

Pelo presente instrumento particular, de um lado:

SANTHER - FÁBRICA DE PAPEL SANTA THEREZINHA S.A. sociedade por ações com sede na Rua Aracati, nº 275, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob nº 61.101.895/0001-45, neste ato representada na forma de seu estatuto social (a “Companhia” ou “Emissora”);

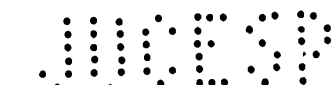
e, de outro lado,

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., instituição financeira constituída sob a forma de sociedade por ações, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, 500, bloco 13, Grupo 205, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, representando a comunhão de debenturistas subscritores e adquirentes das debêntures objeto da presente emissão (os “Debenturistas”), aqui representada na forma de seu estatuto social (o “Agente Fiduciário”);

vêm firmar o presente Instrumento Particular de Escritura de Debêntures Simples, da Espécie com Garantia Flutuante, em Série Única, para Distribuição Pública, da 2ª Emissão da Santher - Fábrica de Papel Santa Therezinha S.A. (a “Escritura”), de acordo com as cláusulas e condições a seguir especificadas.

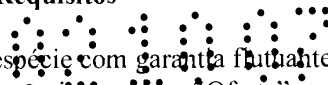
**Cláusula I
Autorização**

A emissão das Debêntures (conforme definido abaixo) e a Oferta são realizadas, e esta Escritura é firmada, com base nas deliberações da assembléia geral extraordinária de acionistas da Companhia, realizada em 5 de setembro de 2007 (a “AGE”), e da reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada também em 5 de setembro de 2007 (a “RCA”). A taxa final da Remuneração (conforme definido abaixo), apurada em Procedimento de *Bookbuilding* (conforme definido abaixo), deverá ser aprovada em reunião do Conselho de Administração da Companhia que será realizada antes do início da distribuição das Debêntures.



Cláusula II

Requisitos



A 2ª emissão de debêntures simples, da espécie com garantia flutuante, em série única, para distribuição pública pela Companhia (respectivamente a “Oferta” e as “Debêntures”) será realizada com observância dos requisitos constantes desta Cláusula II.

2.1. Registro na Comissão de Valores Mobiliários

A Oferta será registrada na Comissão de Valores Mobiliários (a “CVM”) na forma da Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, conforme alterada, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (a “Lei das Sociedades por Ações”), da Instrução nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (a “Instrução CVM 400/03”) e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

2.2. Arquivamento na Junta Comercial do Estado de São Paulo e Publicação dos Atos Societários

As atas da AGE e da RCA, que aprovaram a emissão das Debêntures, bem como os termos e condições da Oferta, serão arquivadas na Junta Comercial do Estado de São Paulo (a “JUCESP”) e serão publicadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no DCI - Diário Comércio, Indústria e Serviços.

A ata da reunião do conselho de administração da Companhia que deliberar sobre a taxa final da Remuneração (conforme definido abaixo) será também arquivada na JUCESP e será publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no DCI - Diário Comércio, Indústria e Serviços.

2.3. Inscrição da Escritura na Junta Comercial do Estado de São Paulo

Esta Escritura e seus eventuais aditamentos deverão ser inscritos na JUCESP, conforme disposto no artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações.

2.4. Registro na Associação Nacional dos Bancos de Investimento

A Oferta deverá ser registrada na Associação Nacional dos Bancos de Investimento (a “ANBID”) no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da data da concessão do respectivo registro pela CVM, em atendimento ao Código de Auto-Regulação da ANBID para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, de 9 de maio de 2006 (o “Código ANBID”).

2.5. Registro para Distribuição e Negociação

As Debêntures serão registradas para: (a) distribuição no mercado primário (i) através do SDT - Sistema de Distribuição de Títulos (o “SDT”), administrado pela CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação (a “CETIP”), com base nas políticas e diretrizes fixadas pela

ANDIMA - Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro (a “ANDIMA”), sendo as Debêntures liquidadas e custodiadas na CETIP; e (b) negociação no mercado secundário (i) através do SND - Sistema Nacional de Debêntures (o “SND”), administrado pela CETIP, com base nas políticas e diretrizes fixadas pela ANDIMA, sendo as Debêntures liquidadas e custodiadas na CETIP; e (ii) através do Sistema BOVESPAFIX (o “BOVESPAFIX”), administrado pela Bovespa - Bolsa de Valores de São Paulo (a “BOVESPA”), sendo as Debêntures liquidadas e custodiadas na CBLC - Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (a “CBLC”).

Cláusula III

Objeto Social da Companhia

A Companhia tem por objeto social a exploração da indústria de papel, seus artefatos, congêneres e similares, absorventes higiênicos, fraldas descartáveis em geral e outros produtos de higiene e limpeza, bem como a industrialização, venda, exportação, importação, desses produtos por conta ou encomenda de terceiros, o comércio e a representação por conta ou encomenda de terceiros, a importação e a exportação em qualquer das suas modalidades, podendo ainda participar de outras sociedades na qualidade de quotista ou acionista.

Cláusula IV

Características da Oferta

4.1. Número da Emissão

A presente Escritura contempla a 2ª Emissão Pública de Debêntures da Companhia.

4.2. Valor Total da Oferta

O valor total da Oferta é de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definido abaixo), sem considerar as Debêntures objeto do Lote Suplementar (conforme definido abaixo) e as Debêntures objeto do Lote Adicional (conforme definido abaixo).

4.3. Número de Séries da Oferta

A Oferta será realizada em série única.

4.4. Colocação e Procedimento de Distribuição

4.4.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob o regime de garantia firme (observado o disposto na Cláusula 4.7.4 abaixo com relação às Debêntures objeto do Lote Adicional), com intermediação de instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários (o “Coordenador Líder”), por meio do SDT, administrado pela CETIP com base nas políticas e diretrizes fixadas pela ANDIMA.

utilizando-se o procedimento previsto no §3º do Artigo 33 da Instrução CVM 400/03, segundo plano de distribuição elaborado pelo Coordenador Líder, o qual levará em consideração suas relações com clientes e outros aspectos de natureza comercial, bem como as estratégias do Coordenador Líder e da Companhia, observados os termos e condições definidos no “Instrumento Particular de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública de Debêntures Simples, em Regime de Garantia Firme, da Espécie com Garantia Flutuante, em Série Única, da 2ª Emissão da Santher - Fábrica de Papel Santa Therezinha S.A.” (o “Contrato de Distribuição”), devendo a Oferta ser efetivada de acordo com o resultado do Procedimento de *Bookbuilding* (conforme definido abaixo).

4.4.2. Ao elaborar o plano de distribuição, o Coordenador Líder deverá, adicionalmente: (a) assegurar a adequação do investimento ao perfil de risco de seus clientes, bem como o tratamento justo e equitativo aos investidores, nos termos do parágrafo 3º do artigo 33 da Instrução CVM 400/03; e (b) contemplar as Debêntures objeto do Lote Adicional, caso essas venha a ser colocadas, observadas as demais disposições desta Escritura e do Contrato de Distribuição.

4.5. Coletas de Intenções de Investimento

4.5.1. Será adotado o procedimento de *bookbuilding*, organizado pelo Coordenador Líder, por meio da coleta de intenções de investimento, nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 23, e do artigo 44, ambos da Instrução CVM 400/03, sem recebimento de reservas antecipadas, nem lotes mínimos ou máximos (o “Procedimento de Bookbuilding”), para a definição da Remuneração (conforme definido abaixo), observado o limite previsto na Cláusula 5.1.9, alínea (b), abaixo.

4.5.2. O resultado do Procedimento de *Bookbuilding* será ratificado pelo conselho de administração da Companhia e será divulgado nos termos do parágrafo 2º, artigo 23, da Instrução CVM 400/03, além de ser também ratificado por meio de aditamento a esta Escritura.

4.5.3. A colocação pública das Debêntures somente terá início após a concessão do registro da Oferta pela CVM, a publicação do anúncio de início de distribuição das Debêntures no âmbito da Oferta (o “Anúncio de Início”) e a disponibilização do prospecto preliminar (o “Prospecto Preliminar”) e do prospecto definitivo (o “Prospecto Definitivo” e, juntamente com o Prospecto Preliminar, os “Prospectos”).

4.5.4. O prazo de colocação das Debêntures será de até 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da data de publicação do Anúncio de Início (o “Prazo de Colocação”). Após a integral colocação das Debêntures será publicado o respectivo anúncio de encerramento de distribuição das Debêntures (o “Anúncio de Encerramento”).

4.6. Negociação das Debêntures

As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário por meio do SND e do BOVESPAFIX.



4.7. Aumento da Quantidade de Debêntures

4.7.1. Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400/03, e observados os limites previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, a quantidade de Debêntures inicialmente ofertada (sem considerar as Debêntures objeto do Lote Adicional) poderá ser acrescida em até 15% (quinze por cento) (o “Lote Suplementar”). As Debêntures objeto do Lote Suplementar serão destinadas a atender excesso de demanda que eventualmente seja constatado no decorrer da Oferta, conforme opção outorgada pela Companhia ao Coordenador Líder no Contrato de Distribuição, que somente poderá ser exercida pelo Coordenador Líder em comum acordo com a Companhia até a data de publicação do Anúncio de Início, devendo ser respeitadas as mesmas condições e preço das Debêntures originalmente ofertadas e a mesma Remuneração (conforme abaixo definido) originalmente estabelecida no Procedimento de *Bookbuilding*.

4.7.2. Nos termos do parágrafo 2º, artigo 14, da Instrução CVM 400/03, e observados os limites previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, a quantidade de Debêntures inicialmente ofertada (sem considerar as Debêntures objeto do Lote Suplementar) poderá ser acrescida em até 20% (vinte por cento) (o “Lote Adicional”), sem a necessidade de novo pedido de registro à CVM ou de modificação dos termos da Oferta. As Debêntures objeto do Lote Adicional somente poderão ser emitidas pela Companhia em comum acordo com o Coordenador Líder até a data de publicação do Anúncio de Início.

4.7.3. Ocorrendo o disposto nas Cláusulas 4.7.1 ou 4.7.2 acima, a Companhia obriga-se a tomar tempestivamente todas as medidas necessárias para a emissão das Debêntures objeto do Lote Suplementar e/ou das Debêntures objeto do Lote Adicional, conforme o caso.

4.7.4. Na hipótese de aumento da quantidade de Debêntures a serem distribuídas nos termos da Cláusula 4.7.2. acima, as Debêntures objeto do Lote Adicional serão colocadas sob o regime de melhores esforços pelo Coordenador Líder.

4.7.5. As Debêntures objeto do Lote Suplementar e as Debêntures objeto do Lote Adicional, se colocadas, também contarão com garantia flutuante da Companhia.

4.8. Destinação dos Recursos

Os recursos líquidos provenientes da distribuição pública das Debêntures, após o pagamento das despesas relacionadas à Oferta, serão utilizados da seguinte forma: (i) aproximadamente R\$ 80,1 milhões para o pré-pagamento de dívidas vincendas da Companhia que apresentem condições de remuneração menos vantajosas do que as Debêntures; e (ii) cerca de R\$ 19,9 milhões para o capital de giro da Companhia, com o intuito de atender as necessidades de caixa no curso normal de suas atividades. O quadro abaixo descreve cada instituição financeira credora da Companhia, cujos financiamentos deverão ser pré-pagos, bem como as respectivas taxas de juros, prazos e valores das dívidas a serem pagas antecipadamente:

Credor	Remuneração	Data de Vencimento	Saldo em 30.8.2007 (Em R\$ milhões)
Moeda Nacional			
Banco Votorantim	CDI + Juros de 2% a.a.	dez/09	7,169
Moeda Estrangeira			
Inter-American Investment Corporation – IIC	LIBOR + Juros 4,375% a.a.	jun/10	7,695
Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A.	CDI	out/07	41,582
ABN AMRO Bank N.V.	LIBOR + Juros 0,25 a.a. + Comissão Local	abril/10	15,651
Banco Fibra	LIBOR + 2,5% a.a.	fev/09	3,999
Banco BIC (Pré-Pagamento)	LIBOR + 2,3% a.a.	set/08	3,981
JUROS - ACE	6,50% a.a.	set/07	0,051
			80,128

4.9. Limite de Emissão

Observado o disposto na Cláusula 5.1.5 abaixo, a Oferta atende aos limites previstos no artigo 60, parágrafo primeiro, alínea “b”, da Lei das Sociedades por Ações. A título informativo, o capital social da Companhia, em 30 de junho de 2007, era de R\$ 1.000.111,42 (um milhão, cento e onze reais e quarenta e dois centavos).

4.10. Banco Mandatário e Instituição Depositária

O banco mandatário e instituição depositária da Oferta será o Banco Bradesco S.A. (a “Instituição Depositária”), cuja definição inclui qualquer outra instituição que venha a suceder a Instituição Depositária na prestação dos serviços previstos nesta Cláusula.

Cláusula V Características das Debêntures

5.1. Características Básicas

5.1.1. *Data de Emissão.* Para todos os fins e efeitos, a data de emissão das Debêntures será o dia 1º de agosto de 2007 (a “Data de Emissão”).

5.1.2. *Quantidade de Debêntures Emitidas.* Serão emitidas 10.000 (dez mil) Debêntures, em série única, sem considerar as Debêntures objeto do Lote Suplementar e as

Debêntures objeto do Lote Adicional que poderão ser emitidas nos termos da Cláusula 4.7 acima.

- 5.1.3. *Valor Nominal Unitário.* As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais) na Data de Emissão (o “Valor Nominal Unitário”).
- 5.1.4. *Conversibilidade.* As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações.
- 5.1.5. *Espécie.* As Debêntures serão da espécie com garantia flutuante, com privilégio geral sobre os ativos da Companhia, nos termos do artigo 58, parágrafo primeiro, da Lei das Sociedades por Ações, respeitado o disposto no artigo 60, parágrafo primeiro, alínea “b”, da Lei das Sociedades por Ações, conforme evidenciado abaixo:

<u>Valor Contábil dos Ativos da Companhia</u>	<u>Montante Garantido por Direitos Reais</u>	<u>Valor Limite para Emissão de Debêntures com Garantia Flutuante[†]</u>
R\$ 564,4 milhões	R\$ 72,0 milhões	R\$ 344,7 milhões

[†] Nos termos do artigo 60, parágrafo primeiro, alínea “b”, da Lei das Sociedades por Ações.

- 5.1.6. *Forma e Tipo.* As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa e serão escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados, sendo que, para todos os fins e efeitos, a titularidade das Debêntures será comprovada por meio de extrato emitido pela Instituição Depositária e, adicionalmente: (a) para as Debêntures custodiadas na CETIP, será por ela expedido um relatório de posição de ativos, acompanhado de extrato em nome do Debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia destes títulos; e (b) para as Debêntures custodiadas na CBLIC, será por ela expedido relatório indicando a titularidade das Debêntures que estiverem custodiadas na CBLIC. Em ambos os casos, os respectivos documentos entregues aos Debenturistas servirão de comprovante de titularidade de Debêntures.
- 5.1.7. *Prazo e Data de Vencimento.* Observado o disposto nesta Escritura, o prazo das Debêntures será de 5 (cinco) anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 1º de agosto de 2012 (a “Data de Vencimento”). Por ocasião da Data de Vencimento, a Companhia se obriga a proceder ao pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures que ainda estiverem em circulação, acrescido da Remuneração (conforme definido abaixo).
- 5.1.8. *Amortização.* Observado o previsto na alínea (b) da Cláusula 5.1.9.6 abaixo, o Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em 2 (duas) parcelas iguais e consecutivas, em 1º de agosto de 2011 e 1º de agosto de 2012.
- 5.1.9. *Remuneração.* As Debêntures serão remuneradas de acordo com o disposto a seguir:

- (a) Atualização Monetária: o Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado; e
- (b) Juros Remuneratórios: sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, no caso dos demais períodos de capitalização, incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra-grupo”, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na *Internet* (<http://www.cetip.com.br>) (a “Taxa DI”), acrescida exponencialmente de sobretaxa equivalente a um determinado percentual, a ser definido de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*, e, em qualquer caso, limitado a 0,90% (noventa centésimos por cento) (a “Sobretaxa”, e, em conjunto com a Taxa DI, a “Remuneração”), calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures desde a Data de Emissão ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário, desde a data de vencimento do último Período de Capitalização (conforme definido abaixo), conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento. A Remuneração será paga semestralmente a partir da Data de Emissão, sempre no dia 1º dos meses de fevereiro e agosto de cada ano, ocorrendo o primeiro pagamento em 1º de fevereiro de 2008 e, o último, na Data de Vencimento (cada uma dessas datas, uma “Data de Pagamento da Remuneração”). A Remuneração será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = \{VNe \times [(FatorDI \times FatorSpread) - 1]\}, \text{ onde:}$$

J = valor da Remuneração devida ao final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário das Debêntures para o primeiro Período de Capitalização, ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures não amortizado no caso dos demais Períodos de Capitalização, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorDI = produtório das Taxas DI (TDI_k), na data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{nDI} [1 + (TDI_k)], \text{ onde:}$$

nDI = número total de Taxas DI, sendo “nDI” um número inteiro; e

TDI_k = Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento;

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{dk}{252}} - 1, \text{ onde:}$$

$k = 1, 2, \dots, n;$

DI_k = Taxa DI, utilizada com 2 (duas) casas decimais;

dk = número de dia(s) útil(eis) correspondente(s) ao prazo de validade da Taxa DI, sendo “dk” um número inteiro;

FatorSpread = sobretaxa de juros fixos calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, calculado conforme fórmula abaixo:

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^N \right]^{\frac{DP}{DT}} \right\}$$

onde:

spread = Sobretaxa, a ser definida no Procedimento de *Bookbuilding*;

$N = 252$ (duzentos e cinquenta e dois);

n = número de dias úteis entre a data do próximo evento e a data do evento anterior, ou a Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, sendo “n” um número inteiro;

DT = número de dias úteis entre o último e o próximo evento, sendo “DT” um número inteiro; e

DP = número de dias úteis entre o último evento e a data atual, sendo “DP” um número inteiro.

Observações:

O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante “FatorDI” com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

O fator resultante da expressão $(\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$ é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo, salvo quando expressamente indicado de outra forma.

5.1.9.1. Define-se “Período de Capitalização” o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, inclusive, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista para o pagamento da Remuneração imediatamente anterior, inclusive, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista para o pagamento da Remuneração correspondente ao período, exclusive. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade. O valor da Remuneração será agregado ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures para efeito de apuração do saldo devedor das Debêntures. O pagamento da Remuneração será exigível somente no final de cada Período de Capitalização, sem prejuízo dos demais vencimentos previstos nesta Escritura.

5.1.9.2. A taxa final de Remuneração das Debêntures será efetivamente apurada por meio do Procedimento de *Bookbuilding*, devendo ser ratificada pelo Conselho de Administração da Companhia. As Partes promoverão o aditamento da presente Escritura para que dela conste a taxa final de Remuneração das Debêntures.

5.1.9.2.1. No Procedimento de *Bookbuilding*, serão aceitos lances do Coordenador Líder ou de pessoa(s) jurídica(s) a ele vinculada(s), até o limite máximo agregado equivalente a 1/3 (um terço) do total das Debêntures ofertadas no âmbito da Oferta, incluindo as Debêntures objeto do Lote Adicional ou Lote Suplementar, conforme aplicável. Não serão aceitos lances de quaisquer outras pessoas vinculadas à Oferta, entendendo-se por pessoas vinculadas aquelas referidas no artigo 55 da Instrução CVM 400/03.

5.1.9.3. Observado o disposto na Cláusula 5.1.9.4 abaixo, no caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI divulgada oficialmente, acrescida da Sobretaxa, até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades, tanto por parte da Companhia, quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI respectiva.

5.1.9.4. Em caso de ausência da apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) dias úteis contados da data esperada para apuração e/ou divulgação da Taxa DI (o “Período de Ausência da Taxa DI”) ou, ainda, na hipótese de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial da Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá convocar assembléia de Debenturistas (na forma e nos prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações e nesta Escritura), para definir, de comum acordo com a Companhia, e observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM nº 13, de 14 de março de 2003, e/ou a regulamentação aplicável, o novo parâmetro a ser aplicado (a “Taxa Substitutiva”). A assembléia de Debenturistas será realizada no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos contados do último dia do Período de Ausência da Taxa DI ou da extinção ou inaplicabilidade por imposição legal da Taxa DI, o que ocorrer primeiro. Até o momento da

definição da Taxa Substitutiva será utilizada a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI, acrescida da Sobretaxa, divulgada oficialmente, calculada *pro rata temporis*.

5.1.9.5. Não obstante o disposto na Cláusula 5.1.9.4 acima, caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da respectiva assembleia de Debenturistas, a referida assembleia de Debenturistas não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir de sua divulgação, passará a ser utilizada para o cálculo da Remuneração das Debêntures.

5.1.9.6. Caso não haja acordo sobre a Taxa Substitutiva entre a Companhia e os Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo) a Emissora poderá:

- (a) resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação, com o seu conseqüente cancelamento, no prazo de até 15 (quinze) dias contados da data da realização da respectiva assembleia de Debenturistas, pelo valor equivalente ao saldo de seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso; nesta alternativa, para cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures a serem resgatadas, será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente; ou
- (b) amortizar a totalidade das Debêntures em Circulação, em cronograma a ser estipulado pela Emissora, o qual não excederá o prazo de vencimento final das Debêntures, qual seja, 1º de agosto de 2012; nesta alternativa, durante o prazo de amortização das Debêntures, serão observados os seguintes requisitos: (i) a periodicidade do pagamento da Remuneração não poderá ser superior àquela estabelecida na Cláusula 5.1.9 acima; (ii) o cronograma de pagamento da amortização das Debêntures não poderá resultar em saldo não amortizado do Valor Nominal Unitário das Debêntures a (x) 50% até 1º de agosto de 2011 e (y) 50% até a Data de Vencimento; e (iii) até a liquidação integral das Debêntures, será utilizado o parâmetro de atualização definido pelos Debenturistas e apresentado à Emissora na respectiva assembleia geral.

5.1.10. *Repactuação*. Não haverá repactuação programada das Debêntures.

5.1.11. *Amortização Programada Facultativa*. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 5.1.8. acima, a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a partir do 12º (décimo segundo) mês contado da Data de Emissão, realizar, a qualquer tempo, amortização parcial ou total das Debêntures. Nesta hipótese, a Companhia deverá, no ato da efetiva amortização das Debêntures, pagar aos Debenturistas, com relação à respectiva parcela das Debêntures a serem amortizadas, o Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a última Data de Pagamento da Remuneração, conforme aplicável, até a data da efetiva amortização (o “Valor Base da Amortização”). Ocorrendo a amortização programada facultativa aqui prevista, além do respectivo Valor Base da Amortização, a Companhia deverá pagar aos Debenturistas um

prêmio incidente sobre esse Valor Base da Amortização, a ser calculado da seguinte forma:

- (a) caso a amortização ocorra entre o 13º e o 24º mês, contados da Data de Emissão, 0,50% (cinquenta centésimos por cento) ao ano, calculado desde a data da efetiva amortização das Debêntures até 1º de fevereiro de 2012;
- (b) caso a amortização ocorra entre o 25º e o 36º mês, contados da Data de Emissão, 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) ao ano, calculado desde a data da efetiva amortização das Debêntures até 1º de fevereiro de 2012;
- (c) caso a amortização ocorra entre o 37º e o 48º mês, contados da Data de Emissão, 0,20% (vinte centésimos por cento) ao ano, calculado desde a data da efetiva amortização das Debêntures até 1º de fevereiro de 2012; ou
- (d) caso a amortização ocorra entre o 49º e 60º mês, contados da Data de Emissão, 0,10% (dez centésimos por cento) ao ano, calculado desde a data da efetiva amortização das Debêntures até 1º de fevereiro de 2012.

5.1.11.1. Para realização da amortização programada facultativa prevista na Cláusula 5.1.11 acima, a Companhia deverá enviar comunicação escrita ao Agente Fiduciário (o “Aviso de Amortização Programada Facultativa”), nos termos da Cláusula 11.1 desta Escritura, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data em que pretende amortizar as Debêntures, indicando nessa comunicação o número total de Debêntures a serem amortizadas e o valor integral a ser pago (incluindo o respectivo prêmio) aos Debenturistas, calculado com base nas disposições da Cláusula 5.1.11 desta Escritura.

5.1.11.2. Após verificação de que o valor apresentado pela Companhia no Aviso de Amortização Programada Facultativa foi devidamente apurado, com base na Cláusula 5.1.11 acima, o Agente Fiduciário informará a cada Debenturista, mediante envio de comunicação escrita individual, sobre a amortização programada das Debêntures, informando, inclusive, a quantidade de Debêntures que deverão ser amortizadas e o respectivo valor a ser pago com relação ao respectivo Debenturista, sendo que a quantidade de Debêntures e o valor a ser pago pela sua amortização deverão ser apurados de forma proporcional, com base no número de Debêntures detidas por cada Debenturista à época da efetiva amortização programada. A comunicação do Agente Fiduciário referida nesta Cláusula deverá ser por este enviada a cada Debenturista em até 10 (dez) dias contados do recebimento do Aviso de Amortização Programada Facultativa pelo Agente Fiduciário.

5.1.11.3. Caso a Companhia opte pela amortização programada integral das Debêntures, todas as Debêntures então amortizadas serão posterior e automaticamente canceladas.

5.1.12. *Aquisição Facultativa.* A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em Circulação por preço não superior ao saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a última Data de Pagamento da Remuneração até a data do seu efetivo pagamento, observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei das

Sociedades por Ações. As Debêntures adquiridas pela Companhia poderão, a critério da Companhia, ser canceladas, permanecer na tesouraria da Companhia ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em Circulação.

- 5.1.13. *Local de Pagamento.* Os pagamentos referentes às Debêntures e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia nos termos desta Escritura serão efetuados pela Companhia, por intermédio da CETIP ou da CBLC, conforme as Debêntures estejam custodiadas na CETIP ou na CBLC ou, ainda, por meio da Instituição Depositária para os Debenturistas que não tiverem suas Debêntures custodiadas na CETIP ou na CBLC.
- 5.1.14. *Prorrogação dos Prazos.* Caso um determinado vencimento relacionado a esta Escritura ou às Debêntures coincida com dia em que não exista expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das partes, inclusive pelos Debenturistas, no que se refere ao pagamento do preço de subscrição das Debêntures, até o 1º (primeiro) dia útil subsequente, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP ou pela CBLC, conforme o caso, hipótese em que a referida prorrogação de prazo somente ocorrerá caso a data de pagamento coincida com feriado nacional, sábado ou domingo.
- 5.1.15. *Encargos Moratórios.* Sem prejuízo do disposto na Cláusula VI a seguir, ocorrendo atraso imputável à Companhia no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, o valor em atraso continuará a ser remunerado nos termos da Remuneração aplicável e, além disso, ficará sujeito a multa moratória convencional de natureza não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago, além de juros de mora à taxa de 1% (um por cento) ao mês, ambos calculados sobre os valores em atraso, desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, além das despesas incorridas para cobrança.
- 5.1.16. *Decadência do Direito aos Acréscimos.* Sem prejuízo do disposto na Cláusula 5.1.16 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Companhia, nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Companhia, não lhe dará direito ao recebimento de remuneração e/ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.
- 5.1.17. *Preço de Subscrição.* As Debêntures serão subscritas e integralizadas, no mercado primário, pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de integralização, de acordo com o disposto na Cláusula 5.1.9. desta Escritura.

5.1.18. *Prazo de Subscrição e Forma de Integralização.* As Debêntures poderão, observado o disposto no parágrafo 3º do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações, ser subscritas a qualquer tempo, dentro do Prazo de Colocação, com integralização à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional, de acordo com as normas de liquidação e procedimentos da CETIP ou da CBLC.

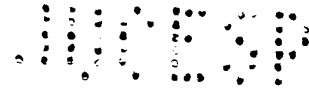
5.1.19. *Publicidade.* Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Oferta que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente comunicados na forma de avisos, no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal DCI - Diário Comércio, Indústria e Serviços (publicado na cidade de São Paulo) e em sua página na rede mundial de computadores - Internet (<http://www.santher.com.br>), exceção feita aos seguintes avisos e anúncios: (a) aviso ao mercado a que se refere o artigo 53 da Instrução CVM 400/03; (b) Anúncio de Início; (c) Anúncio de Encerramento; e (d) outros avisos aos investidores que eventualmente sejam publicados até a data de publicação do Anúncio de Encerramento, que serão publicados apenas na edição nacional do jornal Valor Econômico. Os avisos e/ou anúncios aqui referidos deverão ser divulgados imediatamente após a ciência do(s) ato(s) ou fato(s) que originou(aram) esses avisos ou anúncios, devendo os prazos para manifestação dos Debenturistas, caso seja necessário, obedecer ao disposto na legislação em vigor, nesta Escritura ou, na falta de disposição expressa, ser de, no mínimo, 10 (dez) dias corridos contados da data da publicação do aviso ou anúncio. A Companhia poderá alterar o(s) jornal(is) referido(s) nesta Cláusula por outro(s) jornal(is) de grande circulação, mediante comunicação por escrito ao Agente Fiduciário e a publicação, na forma de aviso, no(s) jornal(is) a ser(em) substituído(s). Neste caso, a Emissora deverá, ainda, celebrar aditamento a esta Escritura para fazer constar deste Instrumento o(s) novo(s) jornal(is) de publicação.

5.1.20. *Liquidez e Estabilização.* Não será constituído fundo de manutenção de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez ou estabilização de preço para as Debêntures.

5.1.21. *Imunidade de Debenturistas.* Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar à Instituição Depositária e à Companhia, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis de antecedência em relação à data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sendo certo que, caso o debenturista não envie referida documentação, a Companhia fará as retenções dos tributos previstos em lei.

5.1.22. *Fundo de Amortização.* Não será constituído fundo de amortização para a presente Oferta.

Cláusula VI Vencimento Antecipado



6.1. Sujeito às demais disposições desta Cláusula VI, o ~~Agente Fiduciário~~ ~~deverá~~ declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures e exigir o imediato pagamento, pela Companhia, independentemente do recebimento de aviso, interpelação ou notificação, do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, e demais encargos devidos nos termos desta Escritura, mediante entrega à Companhia de simples comunicação escrita, na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos (cada evento, um “Evento de Inadimplemento”):

- (a) descumprimento, pela Companhia, de qualquer obrigação pecuniária relacionada às Debêntures e/ou a esta Escritura na respectiva data de pagamento prevista nesta Escritura, não sanado no prazo de 1 (um) dia útil;
- (b) descumprimento, pela Companhia, de qualquer obrigação não pecuniária relacionada às Debêntures e/ou a esta Escritura, não sanada no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de comunicação do referido descumprimento:
 - (i) pela Companhia ao Agente Fiduciário; ou (ii) pelo Agente Fiduciário à Companhia, o que ocorrer primeiro, sendo que o prazo previsto nesta alínea não se aplica às obrigações não pecuniárias para as quais tenha sido estipulado prazo específico;
- (c) inadimplemento, não sanado no prazo previsto no respectivo contrato, ou vencimento antecipado de qualquer dívida da Companhia ou de qualquer de suas controladas (o termo “controladas” é utilizado nesta Escritura conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações), cujo valor, individual seja de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) ou agregado, seja igual ou superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais) ou seu equivalente em outras moedas, reajustado, anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do Índice Geral de Preços-Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (o “IGPM”);
- (d) a ocorrência de: (i) decretação de falência da Companhia ou de qualquer de suas controladas; (ii) pedido de falência da Companhia ou de qualquer de suas controladas formulado por terceiros não elidido no prazo legal; (iii) pedido de recuperação judicial ou submissão a qualquer credor ou classe de credores de pedido de negociação de plano de recuperação extrajudicial, formulado pela Companhia ou qualquer de suas controladas, independentemente do deferimento do respectivo pedido; ou (iv) extinção, liquidação, dissolução, insolvência ou pedido de autofalência pela Companhia ou por qualquer de suas controladas;
- (e) alteração do controle, direto ou indireto, da Companhia, exceto se: (i) para pessoas naturais ou jurídicas, ou grupo de pessoas naturais ou jurídicas

vinculadas por acordo de voto, que façam parte desta data, do grupo de controle da Companhia (os “Controladores”), (ii) para pessoas jurídicas que venham a ser controladas integralmente, direta ou indiretamente, pelos Controladores; ou (iii) se aprovado previamente por Debenturistas detentores de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo), sendo que, para fins desta Escritura, especialmente o aqui disposto, o termo “controle” tem o significado a ele atribuído no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações;

- (f) aprovação de incorporação, fusão ou cisão da Companhia ou de qualquer de suas controladas, exceto se, (i) qualquer dessas operações for realizada exclusivamente entre a Companhia e qualquer das controladas da Companhia ou exclusivamente entre as controladas da Companhia; e (ii) se observado o disposto no artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações.
- (g) não caracterização, a qualquer tempo (inclusive quando da elaboração do relatório anual do Agente Fiduciário), das Debêntures como sendo da espécie com garantia flutuante, nos termos da alínea “b” do parágrafo 1º do Artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações;
- (h) distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou a realização de quaisquer outros pagamentos a seus acionistas, caso a Companhia esteja em mora com qualquer de suas obrigações estabelecidas nesta Escritura, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;
- (i) comprovação de que qualquer das declarações prestadas pela Companhia nesta Escritura e/ou no Contrato de Distribuição são falsas, incorretas ou enganosas em qualquer aspecto relevante;
- (j) transformação do tipo societário da Companhia nos termos do artigo 220 da Lei das Sociedades por Ações;
- (k) realização da redução do capital social da Companhia com outra finalidade que não a absorção de prejuízos;
- (l) alteração do objeto social da Companhia, conforme disposto em seu estatuto social, que altere substancialmente as atividades atualmente praticadas e o ramo de negócios atualmente explorado pela Companhia;
- (m) alienação de quaisquer ativos operacionais que, individual ou conjuntamente, durante a vigência das Debêntures, resulte em uma redução da receita operacional líquida da Companhia superior a 25% (vinte e cinco por cento), exceto se tal alienação objetivar a captação de recursos para: (i) investimentos na atividade produtiva da Companhia; ou (ii) substituição de bens antigos por outros novos com a mesma finalidade. Para fins do disposto nesta alínea, a verificação da ocorrência (ou não) da redução da receita operacional líquida

da Companhia em montante equivalente a mais do que 25% (vinte e cinco por cento) será realizada trimestralmente, utilizando-se como base de comparação as receitas operacionais líquidas da Companhia durante os 12 (doze) meses anteriores ao encerramento do respectivo trimestre de apuração, sendo que a primeira apuração deverá ser realizada com base nas informações financeiras auditadas usuais da Companhia relativas ao período findo em 30 de junho de 2007;

- (n) decisão judicial transitada em julgado determinando a execução de títulos contra a Companhia ou qualquer uma de suas controladas, cujo valor individual seja de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) ou, agregado seja igual ou superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais), atualizado anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do IGPM (ou seu equivalente em outras moedas);
- (o) protesto legítimo de títulos contra a Companhia ou qualquer de suas controladas, cujo valor unitário seja igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) ou, agregado, seja igual ou superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais), atualizado anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do IGPM (ou seu equivalente em outras moedas), exceto se, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data do protesto, tiver sido comprovado ao Agente Fiduciário que: (i) o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiro; (ii) o protesto foi cancelado; ou (iii) o valor do(s) título(s) protestado(s) foi depositado em juízo;
- (p) cessão, promessa de cessão ou qualquer forma de transferência ou promessa de transferência a terceiros, pela Companhia, das obrigações assumidas nesta Escritura, exceto se: (i) essa operação decorrer de incorporação, fusão ou cisão que não constitua um Evento de Inadimplemento; ou (ii) houver anuência prévia dos Debenturistas detentores de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo);
- (q) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações e licenças, inclusive as ambientais, essenciais para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Companhia, exceto se: (i) em se tratando de pedido de renovação não deferido até o vencimento da licença ou autorização em questão, a Companhia apresente ao Agente Fiduciário, em até 2 (dois) dias antes do vencimento da referida licença ou autorização, documentos comprobatórios de que tomou todas as providências estabelecidas na legislação em vigor para solicitar a renovação da referida licença ou autorização; ou (ii) em se tratando de denegação, cancelamento, revogação ou suspensão de autorizações ou licenças, a Companhia apresentar ao Agente Fiduciário provimento jurisdicional autorizando a regular continuidade das atividades da Companhia até a renovação ou obtenção da referida licença ou autorização, nos seguintes prazos: (x) em até 10 (dez) dias úteis a partir da data em que a Companhia tomar conhecimento da não renovação,

- (a) cancelamento, revogação ou suspensão da autorização ou licença; ou (y) em até 1 (um) dia útil antes do prazo legalmente estabelecido para o início da paralisação das atividades de qualquer das unidades produtivas da Companhia, o que ocorrer primeiro;
- (b) não atendimento, por dois trimestres consecutivos, pela Companhia, de qualquer dos índices financeiros relacionados a seguir (os “Índices Financeiros”), a serem verificados trimestralmente pelo Agente Fiduciário com base nas informações trimestrais consolidadas divulgadas regularmente pela Companhia, sendo que a primeira verificação para fins desta alínea ocorrerá com relação ao último trimestre de 2007:
 - (i) Dívida Líquida Consolidada / EBITDA menor ou igual a 1.9x;
 - (ii) EBITDA / Despesas Financeiras Líquidas maior ou igual a 2.5x.

6.1.1. Para os efeitos do disposto na alínea (r) da Cláusula 6.1 acima, aplicar-se-ão as seguintes definições:

“Despesas Financeiras Líquidas” significa o somatório do valor de juros provisionados, deságio na cessão de direitos creditórios, custos de estruturação de securitizações de recebíveis, variações monetárias e cambiais passivas e juros sobre capital próprio em relação aos 12 meses anteriores à data de apuração do índice, relativos à Dívida Total, incluindo os pagamentos feitos a título de arrendamento mercantil ou leasing e juros capitalizados à dívida deduzindo-se as receitas financeiras e variações monetárias e cambiais ativas, em relação ao período de doze meses imediatamente anterior à data-base das demonstrações financeiras de referência.

“Dívida Líquida” significa a Dívida Total menos o saldo em caixa, saldo de aplicações financeiras e o diferencial a receber por operações com derivativos, da Emissora e suas controladas consolidadas.

“Dívida Total” significa a somatória dos empréstimos, financiamentos, debêntures, títulos descontados, encargos financeiros, diferencial a pagar por operações com derivativos, cessão de direitos creditórios não performados, assim entendidos direitos creditórios que tenham por origem operações de compra e venda para entrega futura, e/ou futura prestação de serviço pela Emissora, avais e todas as garantias prestadas a terceiros da Emissora e suas controladas consolidadas.

“EBITDA” significa em relação aos 12 (doze) meses anteriores à data de apuração do índice, o somatório (i) do resultado antes de deduzidos os impostos, tributos, contribuições e participações; (ii) das despesas de depreciação e amortização ocorridas no período; (iii) das despesas financeiras deduzidas das receitas financeiras; e (iv) do resultado não operacional. As Despesas Financeiras são, em relação aos 12 (doze) meses anteriores à data de apuração do índice, o somatório dos pagamentos de juros e despesas financeiras incorridas sobre o endividamento financeiro, não devendo ser consideradas para esse fim as despesas de variação cambial (diferença de moedas).



6.1.2. A Companhia poderá descumprir qualquer dos Índices Financeiros em qualquer dos trimestres durante a vigência desta Escritura e voltar a cumpri-lo(s) no trimestre subsequente, sem que isso acarrete o vencimento antecipado de suas obrigações relativas às Debêntures, observado o disposto na alínea (r) da Cláusula 6.1 acima (o “Benefício de Adequação”). Não obstante, caso a Companhia utilize o Benefício de Adequação por três vezes, consecutivas ou não, durante o prazo de vigência desta Escritura, o Benefício de Adequação não mais poderá ser utilizado pela Companhia. Nesta hipótese, o descumprimento de qualquer dos Índices Financeiros, pela Companhia, em qualquer trimestre, acarretará o vencimento antecipado de suas obrigações com relação às Debêntures, aplicando-se o disposto nesta Cláusula VI.

6.2. Ocorrendo quaisquer dos Eventos de Inadimplemento previstos na Cláusula 6.1, alíneas (a), (b), (c), (d) (e), (f) e (g) acima, as Debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial.

6.3. Ocorrendo quaisquer dos demais Eventos de Inadimplemento (que não sejam aqueles previstos na Cláusula 6.2 acima), o Agente Fiduciário deverá, em até 5 (cinco) dias úteis contados da data em que tomar ciência da ocorrência do referido evento, convocar assembléia geral de Debenturistas para deliberar acerca da declaração do vencimento antecipado das Debêntures. A assembléia geral de Debenturistas aqui referida somente poderá determinar que o Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado das Debêntures por deliberação de titulares detentores de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo).

6.4. Não se realizando a assembléia geral de Debenturistas conforme disposto na Cláusula 6.3 supra, ou em não havendo: (a) sua convocação, (b) deliberação na data originalmente estabelecida para sua realização, ou (c) quorum, em qualquer caso decorrente de ato ou fato não imputável ao Agente Fiduciário, este deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures, aplicando-se o disposto na Cláusula 6.5 abaixo.

6.5. Na ocorrência do vencimento antecipado das Debêntures, a Companhia obriga-se a resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação, com o seu conseqüente cancelamento, mediante o pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração, até a data do seu efetivo pagamento, acrescida de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia nos termos desta Escritura, inclusive os encargos moratórios aqui estabelecidos.

Cláusula VII

Obrigações Adicionais da Emissora

7.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a Companhia obriga-se, ainda, ao disposto a seguir.



7.1.1. Fornecer ao Agente Fiduciário:

- (a) cópia das demonstrações financeiras auditadas, relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil e demais normas contábeis e de consolidação emitidas pela CVM, explicitando as rubricas necessárias à apuração dos Índices Financeiros, bem como (i) declaração do Diretor de Relações com Investidores da Companhia, atestando o cumprimento integral das disposições constantes desta Escritura; e (ii) relatório demonstrativo do enquadramento da garantia flutuante, conforme item 5.1.5 acima, todos no prazo máximo de 90 (noventa) dias contados da data de término de cada exercício social;
- (b) cópia das demonstrações financeiras com revisão limitada nos termos das normas da CVM, relativas ao respectivo trimestre, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, e demais normas contábeis e de consolidação emitidas pela CVM, explicitando as rubricas necessárias à apuração dos Índices Financeiros, no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias contados da data de término de cada trimestre de seu exercício social;
- (c) cópia das informações periódicas e eventuais exigidas pela Instrução CVM 202, de 6 de dezembro de 1993, conforme alterada (a “Instrução CVM 202/93”), ou qualquer outra instrução da CVM que vier a substituí-la, nos prazos ali previstos;
- (d) fatos relevantes e atas de assembleias que de alguma forma envolvam os interesses dos Debenturistas, em até 05 (cinco) dias após as respectivas publicações;
- (e) quaisquer comunicados enviados aos Debenturistas diretamente pela Companhia, se houver;
- (f) informações a respeito da ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento, imediatamente após sua ciência;
- (g) relatório demonstrando a apuração dos Índices Financeiros, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da apresentação das respectivas informações financeiras da Companhia à CVM; e
- (h) resposta a eventuais dúvidas do Agente Fiduciário sobre qualquer informação necessária ao desempenho de sua função que lhe venha a ser razoavelmente solicitada pelo Agente Fiduciário, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da data de recebimento da respectiva solicitação.

7.1.2. Fornecer ao Agente Fiduciário ou disponibilizar em sua página na rede mundial de computadores (<http://www.santher.com.br>), nas mesmas situações previstas e nos mesmos prazos previstos na Instrução CVM 202/93, ou, caso ali não estiverem previstos quaisquer prazos, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data em que foram realizados, fatos

relevantes, alterações estatutárias ocorridas na Companhia, assim como extratos de atas de assembleias gerais e reuniões do conselho de administração da Companhia que envolvam interesse dos Debenturistas.

7.1.3. Manter atualizado o registro de companhia aberta perante a CVM nos termos das instruções CVM aplicáveis e disponibilizar aos seus acionistas e aos Debenturistas, pelo menos anualmente, as demonstrações financeiras consolidadas previstas no artigo 176 da Lei das Sociedades por Ações, observadas as normas de divulgação de informações determinadas pela legislação e pela regulamentação da CVM.

7.1.4. Estruturar e manter em adequado funcionamento um órgão de atendimento aos Debenturistas, tendo em vista assegurar o eficiente tratamento aos titulares das Debêntures, podendo utilizar, para esse fim, a estrutura e órgão destinados ao atendimento de seus acionistas ou contratar instituição financeira autorizada para prestar esse serviço.

7.1.5. Cumprir as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou cujo descumprimento não afete de forma adversa a capacidade da Companhia de honrar suas obrigações nos termos desta Escritura.

7.1.6. Obter, observar os termos de, e praticar todos os atos necessários para manter em pleno vigor todas as autorizações, aprovações, licenças e consentimentos que sejam essenciais para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Companhia ou suas controladas, necessárias para permitir o cumprimento, pela Companhia, das obrigações previstas na presente Escritura, ou para assegurar a legalidade, validade e exequibilidade dessas obrigações.

7.1.7. Manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações necessárias à assinatura desta Escritura e ao cumprimento de todas as obrigações aqui previstas.

7.1.8. Contratar e manter contratados, às suas expensas, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura, incluindo o Agente Fiduciário, a Instituição Depositária, os sistemas de negociação das Debêntures no mercado secundário (SND e BOVESPAFIX) e agência de classificação de risco (*rating*) para realizar a classificação de risco das Debêntures, devendo, ainda, fazer com que a agência de classificação de risco atualize a respectiva classificação de risco anualmente, até a Data de Vencimento. Além do aqui disposto, a Companhia deverá: (a) divulgar ou permitir que a agência de classificação de risco divulgue amplamente ao mercado os relatórios com as respectivas súmulas das classificações de risco; (b) entregar ao Agente Fiduciário os relatórios de classificação de risco preparados pela agência de classificação de risco no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data de seu recebimento pela Companhia; e (c) comunicar imediatamente ao Agente Fiduciário qualquer alteração e o início de qualquer processo de revisão da classificação de risco das Debêntures.

7.1.8.1. Caso a agência de classificação de risco contratada cesse suas atividades no Brasil ou, por qualquer motivo, esteja ou seja impedida de emitir a classificação de risco das Debêntures, a Companhia deverá: (a) contratar outra agência de classificação de risco sem necessidade de aprovação dos Debenturistas, bastando notificar o Agente Fiduciário, desde que tal agência de classificação de risco seja a Moody's América Latina Ltda. ou a Fitch Ratings Brasil Ltda.; ou (b) notificar o Agente Fiduciário e convocar assembleia geral de Debenturistas para que estes definam a agência de classificação de risco substituta.

7.1.9. Efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive, honorários advocatícios e outras despesas e custos razoáveis incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas, nos termos desta Escritura.

7.1.10. Aplicar os recursos obtidos por meio da Oferta das Debêntures estritamente conforme descrito na Cláusula 4.8 acima.

7.1.11. Enviar para o sistema de informações periódicas e eventuais da CVM, no prazo de até 3 (três) dias úteis contado da data de seu recebimento, o relatório elaborado pelo Agente Fiduciário a que se refere a alínea (o) da Cláusula 8.4.1 abaixo.

7.1.12. Notificar, imediatamente, o Agente Fiduciário da convocação de qualquer assembleia geral de Debenturistas pela Companhia e comparecer às assembleias gerais de Debenturistas, sempre que solicitada.

7.1.13. Convocar, imediatamente, assembleia geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que sejam do interesse dos Debenturistas caso o Agente Fiduciário não o faça no prazo aplicável, observado o disposto nesta Escritura com relação à convocação de assembleia geral de Debenturistas.

7.1.14. Tomar todas as medidas necessárias para: (a) preservar todos os direitos, títulos de propriedade, e ativos relevantes, necessários à condução de seus negócios e dos negócios de suas controladas dentro do respectivo objeto social; (b) pagar ou de outra forma quitar, quando devidas, todas as suas obrigações relevantes de natureza trabalhista, comercial ou outra; e (c) estender as medidas dispostas nas alíneas (a) e (b) acima para suas controladas, se aplicável.

7.1.15. Manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e permitir que representantes do Agente Fiduciário (ou de auditor independente por este contratado, às expensas da Companhia) tenha acesso irrestrito, em base razoável: (a) a todo e qualquer relatório do auditor independente entregue à Companhia referente a suas demonstrações financeiras; e (b) aos livros e aos demais registros contábeis da Companhia, quando deliberado pela assembleia geral de Debenturistas.

7.1.16. Submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM.

7.1.17. Informar à CETIP e à CBLC o valor e a data de pagamento de toda e qualquer remuneração referente às Debêntures.

Cláusula VIII

Agente Fiduciário

8.1. Nomeação e Declarações

8.1.1. A Companhia nomeia e constitui como agente fiduciário dos Debenturistas detentores das Debêntures Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., qualificado no preâmbulo desta Escritura, que assina na qualidade de Agente Fiduciário e interveniente, que, neste ato, e na melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura, representar a comunhão dos Debenturistas perante a Companhia, declarando que:

- (a) não tem, sob as penas da lei, qualquer impedimento legal, conforme disposto no parágrafo 3º do artigo 66 da Lei das Sociedades por Ações, na Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada (a “Instrução CVM 28/83”), e nas demais normas aplicáveis, ou, em caso de alteração, as normas que vierem a substituí-las, para exercer a função que lhe é conferida;
- (b) aceita a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (c) está ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil e da CVM;
- (d) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28/83;
- (e) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura, tendo diligenciado para que fossem sanadas as omissões, falhas, ou defeitos de que tenha tido conhecimento;
- (f) aceita integralmente esta Escritura e todos os seus termos e condições;
- (g) verificou a observância, pela Companhia, do limite de emissão previsto no artigo 60, parágrafo primeiro, alínea “b” da Lei das Sociedades por Ações;
- (h) é uma instituição financeira, estando devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras;
- (i) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

- (j) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (k) verificou a regularidade da constituição da garantia fiduciária outorgada no âmbito da Oferta, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade, nos termos do artigo 12, inciso XVII, alínea “j” da Instrução CVM 28/83; e
- (l) esta Escritura constitui obrigação válida e eficaz do Agente Fiduciário, sendo exequível de acordo com os seus termos.

8.2. Remuneração do Agente Fiduciário

8.2.1. Será devida pela Companhia ao Agente Fiduciário a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, a remuneração disposta a seguir.

8.2.2. O Agente Fiduciário deverá receber da Companhia pelos serviços por ele prestados uma remuneração anual de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), a ser paga em parcelas trimestrais de R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais), sendo que a primeira parcela será devida 5 (cinco) dias após a assinatura da presente Escritura, e as demais na mesma data dos trimestres subseqüentes, até a Data de Vencimento das Debêntures.

8.2.3. O Agente Fiduciário deverá enviar aviso de cobrança da remuneração à Emissora com antecedência mínima de 5 (cinco) dias da data de cada pagamento, sendo que se a Emissora não receber referido aviso dentro do prazo acima, os pagamentos eventualmente efetuados com atraso, em razão do não recebimento, pela Emissora, de referido aviso, não estarão sujeitos a multas ou penalidades.

8.2.4. A remuneração prevista na Cláusula 8.2.2 acima será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Companhia.

8.2.5. As parcelas referidas na Cláusula 8.2.2 acima serão atualizadas, anualmente, de acordo com a variação acumulada do IGPM, ou na sua falta ou impossibilidade de aplicação, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da data do pagamento da primeira parcela referida nessa Cláusula, até as datas de pagamento de cada parcela subseqüente, calculada *pro rata temporis*, se necessário.

8.2.6. A remuneração aqui prevista não inclui as despesas razoáveis com publicações, transporte, alimentação, extração de certidões, viagens e estadias, necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Companhia, mediante pagamento das respectivas faturas emitidas diretamente em seu nome e acompanhadas dos respectivos comprovantes, ou reembolso, após prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente despesas razoáveis com especialistas, caso

sejam necessários, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal à Companhia, aplicando-se o disposto na Cláusula 8.6 abaixo.

8.2.7. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência da remuneração aqui prevista, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa de 2% (dois por cento) ao mês e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, sem prejuízo da atualização monetária.

8.2.8. A remuneração do Agente Fiduciário será acrescida dos seguintes impostos: (a) Impostos sobre serviços de qualquer natureza (ISS (Imposto Sobre Serviços) ou outros); (b) PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social); (c) COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social); e (d) quaisquer outros impostos, exceto o IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte), que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

8.2.9. A remuneração do Agente Fiduciário cobre os serviços a serem prestados por sua equipe técnica, bem como a participação do Agente Fiduciário em assembléias e/ou reuniões de Debenturistas ressaltando a possibilidade dos referidos eventos serem realizados na sede do Agente Fiduciário.

8.3. Substituição do Agente Fiduciário

8.3.1. Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, morte ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, assembléia geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Companhia, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias corridos antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário.

8.3.2. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma já prevista na presente Escritura, salvo se outra for negociada com a Companhia, sendo por esta aceita por escrito, prévia e expressamente.

8.3.3. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas e à Companhia, pedindo sua substituição.

8.3.4. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em assembléia geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

8.3.5. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28/83.

8.3.6. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura, que deve ser arquivado na JUCESP.

8.3.7. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data da presente Escritura ou, no caso de agente fiduciário substituto, no dia da celebração do correspondente aditamento à Escritura, devendo permanecer no exercício de suas funções até sua efetiva substituição ou até a Data de Vencimento.

8.3.8. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

8.4. Deveres do Agente Fiduciário

8.4.1. Além de outros previstos em lei, na regulamentação da CVM, no Código ANBID (inclusive a obrigação prevista no artigo 14, alínea (ii) daquele instrumento) e nesta Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- (b) custear: (i) todas as despesas decorrentes da execução dos seus serviços, incluindo todos os tributos, municipais, estaduais e federais, presentes ou futuros, devidos em decorrência da execução dos seus serviços; e (ii) todos os encargos cíveis, trabalhistas e/ou previdenciários;
- (c) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função, o cuidado e a diligência com que todo homem ativo e probo emprega na administração dos próprios bens;
- (d) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (e) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (f) verificar a observância, pela Companhia, do limite de emissão previsto no artigo 60, parágrafo primeiro, alínea “b” da Lei das Sociedades por Ações, conforme já verificado nos termos da declaração prevista acima;
- (g) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, conforme já verificado nos termos da declaração prevista acima;

- (h) promover nos competentes órgãos, caso a Companhia não o faça, a inscrição desta Escritura e as averbações de seus eventuais aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes;
- (i) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (j) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (k) solicitar, quando considerar necessário, para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas da Companhia, necessárias e pertinentes dos distribuidores cíveis, das varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas da Justiça do Trabalho, Procuradoria da Fazenda Pública;
- (l) solicitar, quando considerar necessário e dentro dos limites de razoabilidade, auditoria extraordinária na Companhia;
- (m) convocar, quando necessário, assembléia geral de Debenturistas e enviar à CVM, à CETIP e à BOVESPA, no primeiro dia útil após a primeira publicação, cópia do edital de convocação e da proposta a ser submetida à assembléia geral de Debenturistas tão logo tome ciência da mesma;
- (n) comparecer à assembléia geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas, e enviar à CVM, à CETIP e à BOVESPA, no 1º (primeiro) dia útil contado da data da realização da assembléia geral de Debenturistas, sumário das deliberações tomadas e, no prazo de 10 (dez) dias, cópia da ata da assembléia geral de Debenturistas;
- (o) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos da alínea “b” do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, que deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
 - (i) eventual omissão ou inverdade, de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Companhia ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Companhia;
 - (ii) alterações estatutárias da Companhia ocorridas no período;
 - (iii) comentários sobre as demonstrações financeiras da Companhia, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Companhia;
 - (iv) posição da Oferta ou colocação das Debêntures no mercado;

- (v) pagamentos realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures;
- (vi) acompanhamento da destinação dos recursos captados através das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Companhia;
- (vii) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
- (viii) cumprimento das demais obrigações assumidas pela Companhia, conforme informações públicas disponíveis e/ou obtidas junto aos administradores da Companhia;
- (ix) declaração acerca da suficiência e exequibilidade da garantia flutuante outorgada no âmbito da Oferta; e
- (x) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário;
- (p) disponibilizar o relatório a que se refere a alínea (o) acima até 30 de abril de cada ano na sede da Companhia, no escritório do Agente Fiduciário ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado, na CVM, na CETIP, na BOVESPA e na sede do Coordenador Líder;
- (q) publicar, às expensas da Companhia, nos termos da Cláusula 5.1.20 desta Escritura, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório a que se refere alínea (o) acima encontra-se à disposição nos locais indicados na alínea (p) acima;
- (r) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Companhia, à Instituição Depositária, à CETIP e à BOVESPA, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Companhia expressamente autoriza, desde já, a Instituição Depositária, a CETIP e a BOVESPA a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;
- (s) coordenar o resgate das Debêntures nos casos previstos nesta Escritura;
- (t) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, inclusive daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer, conforme informações públicas disponíveis e/ou obtidas junto aos administradores da Companhia, informado prontamente aos Debenturistas as eventuais inadimplências verificadas;
- (u) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis da data em que o Agente Fiduciário tomou, ou,

empregando o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma dispensar, deveria ter tomado, conhecimento, de qualquer inadimplemento, pela Companhia, de qualquer obrigação prevista nesta Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos, sendo que a notificação discriminará as providências judiciais e extrajudiciais que o Agente Fiduciário tenha tomado para acautelar e proteger os interesses da comunhão dos Debenturistas. Comunicação de igual teor deve ser enviada à Companhia, à CVM, à CETIP e à BOVESPA;

- (v) examinar qualquer proposta ou iniciativa de alteração do estatuto social da Companhia que objetive mudar o objeto social da Companhia, cumprindo-lhe ou convocar a assembléia geral de Debenturistas para deliberar acerca de matéria, ou aprovar, nos termos do § 2º, artigo 57, da Lei das Sociedades por Ações, a alteração proposta; e
- (w) envidar melhores esforços para que a Companhia cumpra sua obrigação de manter contratada uma agência de classificação de risco para atualização do relatório de classificação de risco nos termos da Cláusula 7.1.8 acima, e encaminhar à ANBID cópia das referidas atualizações no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data de sua respectiva divulgação.

8.5. Atribuições Específicas

8.5.1. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Companhia para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Companhia, observados os termos e condições desta Escritura:

- (a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observadas, principalmente, as disposições previstas na Cláusula VI desta Escritura;
- (b) requerer a falência da Companhia se não existirem garantias reais;
- (c) tomar quaisquer outras providências necessárias para que os Debenturistas realizem seus créditos; e
- (d) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial, recuperação extrajudicial ou, se aplicável, intervenção ou liquidação extrajudicial da Companhia.

8.5.2. Observado o disposto na Cláusula VI acima, o Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a), (b) e (c) da Cláusula 8.5.1 desta Escritura, se, convocada assembléia geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade dos Debenturistas titulares das Debêntures em Circulação. Na hipótese da alínea (d) da Cláusula 8.5.1 acima, será

suficiente a deliberação da maioria dos Debenturistas titulares das Debêntures em Circulação reunidos em assembléia.

8.6. Despesas

8.6.1. A Companhia ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis e usuais que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos.

8.6.2. O ressarcimento a que se refere esta Cláusula 8.6 será efetuado em até 5 (cinco) dias úteis contados da entrega à Companhia dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas.

8.6.3. No caso de inadimplemento da Companhia, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Companhia. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, desde que relacionadas à solução da inadimplência aqui referida, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Companhia permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias corridos.

8.6.4. As despesas a que se refere esta Cláusula 8.6 compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com: (a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis; (b) extração de certidões; (c) locomoções entre estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções; e (d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

8.6.5. O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Companhia e gozará das mesmas garantias das Debêntures, se for o caso, preferindo a estas na ordem de pagamento.

CLÁUSULA IX ASSEMBLÉIA GERAL DE DEBENTURISTAS

9.1. Convocação

9.1.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembléia geral de Debenturistas, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão de Debenturistas. A assembléia geral de Debenturistas pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Companhia, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

9.1.2. A convocação dar-se-á mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Companhia deve efetuar suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembléias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

9.1.3. As assembléias gerais de Debenturistas serão convocadas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias. A assembléia geral de Debenturistas em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da Assembléia em primeira convocação.

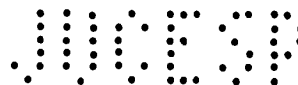
9.1.4. Será considerada regular a assembléia geral de Debenturistas a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação, independente de publicações e/ou avisos.

9.1.5. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Companhia e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à assembléia ou do voto proferido na respectiva assembléia geral de Debenturistas.

9.2. Quorum de Instalação

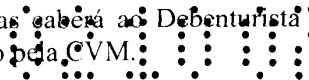
9.2.1. A assembléia geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.

9.2.2. Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos quoruns de instalação e/ou deliberação da assembléia geral de Debenturistas previstos nesta Escritura, considera-se “Debêntures em Circulação” todas as Debêntures subscritas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Companhia, as de titularidade de: (a) empresas controladas pela Companhia (diretas ou indiretas); (b) controladoras (ou grupo de controle) da Companhia; e (c) administradores da Companhia, incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.



9.3. Mesa Diretora

A presidência da assembleia geral de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou àquele que for designado pela CVM.



9.4. Quorum de Deliberação

9.4.1. Nas deliberações da assembleia geral de Debenturistas, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Observado o disposto nesta Cláusula, as alterações nas características e condições das Debêntures e da Oferta deverão ser aprovadas por Debenturistas que representem, pelo menos, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, observado que alterações na Remuneração, resgate antecipado, repactuação, e/ou nos itens que dispõem sobre hipóteses de vencimento antecipado, prazo das Debêntures e/ou dispositivos sobre quorum previstos nesta Escritura deverão contar com aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

9.4.2. Ressalvados os casos aqui previstos, as matérias sujeitas à assembleia geral de Debenturistas serão aprovadas pelos titulares da maioria simples das Debêntures em Circulação que estiverem presentes na assembleia.

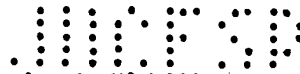
CLÁUSULA X DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA COMPANHIA

10.1. A Companhia declara e garante ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura, que:

- (a) é uma sociedade por ações devidamente constituída, com existência válida e regular segundo as leis do Brasil;
- (b) está devidamente autorizada a celebrar a presente Escritura, a emitir as Debêntures e a cumprir suas respectivas obrigações previstas nesta Escritura e nos demais documentos relativos à Oferta, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) esta Escritura e o respectivo Contrato de Distribuição e as declarações por ela prestadas nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400/03, constituem obrigação legal, válida e exigível da Companhia, exequível de acordo com seus termos e condições, exceto que sua execução poderá estar limitada por leis relativas à falência, insolvência, recuperação, liquidação ou leis similares afetando a execução de direitos de credores em geral;
- (d) nos termos da presente Escritura, a titularidade das Debêntures confere aos Debenturistas garantia flutuante com privilégio geral sobre os ativos da

Companhia, nos termos do artigo 58, parágrafo primeiro, da Lei das Sociedades por Ações;

- (e) a celebração da presente Escritura e a emissão das Debêntures foram devidamente autorizadas por seus órgãos societários competentes e não infringem seu estatuto social ou qualquer lei ou, ainda, resultam no vencimento antecipado de qualquer contrato dos quais a Companhia seja parte;
- (f) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o cumprimento pela Companhia de suas obrigações nos termos da presente Escritura, ou para a realização da Oferta exceto pelo registro da Oferta na CVM e o registro das Debêntures junto ao SDT, ao SND e ao BOVESPAFIX;
- (g) a celebração da presente Escritura e a emissão das Debêntures não infringem qualquer contrato ou instrumento dos quais a Companhia seja parte, nem irá resultar em: (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em quaisquer desses contratos ou instrumentos; (ii) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Companhia, exceto por aqueles já existentes na presente data e pela garantia flutuante aqui estabelecida; ou (iii) na rescisão de quaisquer desses contratos ou instrumentos;
- (h) os balanços patrimoniais da Companhia datados de 31 de dezembro de 2005, 31 de dezembro de 2006 e 30 de junho de 2007, e as correspondentes demonstrações de resultado da Companhia referentes aos exercícios à época encerrados, apresentam de maneira adequada a situação financeira da Companhia nas aludidas datas e os resultados operacionais da Companhia referentes aos períodos encerrados em tais datas. Tais informações financeiras foram elaboradas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, que foram aplicados de maneira consistente nos períodos envolvidos, e desde a data das demonstrações financeiras mais recentes, não houve nenhum impacto adverso relevante na situação financeira e nos resultados operacionais em questão, não houve qualquer operação envolvendo a Companhia, fora do curso normal de seus negócios, que seja relevante para a Companhia, não houve qualquer alteração no capital social ou aumento substancial do endividamento da Companhia, exceto conforme descrito no Prospecto Preliminar e/ou no Prospecto Definitivo;
- (i) exceto pelas contingências informadas no Prospecto Preliminar e/ou no Prospecto Definitivo, não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou investigação pendente ou iminente envolvendo a Companhia perante qualquer tribunal, órgão governamental ou árbitro, que possa causar um impacto adverso relevante na sua situação financeira ou nas suas operações;



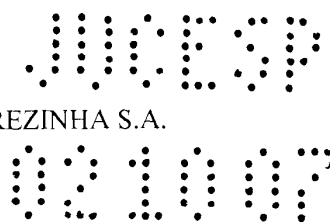
- (j) exceto conforme descrito no Prospecto Preliminar e/ou no Prospecto Definitivo, a Companhia tem todas as autorizações e licenças essenciais para o exercício de suas atividades, sendo que até a data da presente declaração a Companhia não foi notificada acerca da revogação de qualquer delas ou da existência de processo administrativo que tenha por objeto a revogação, suspensão ou cancelamento de qualquer delas;
- (k) exceto conforme descrito no Prospecto Preliminar e/ou no Prospecto Definitivo, a Companhia está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, exceto com relação àquelas leis e regulamentos que estejam sendo contestados de boa-fé pela Companhia para as quais a Companhia possua provimento jurisdicional vigente autorizando sua não observância;
- (l) os representantes legais que assinam esta Escritura têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (m) os Prospectos contêm, na data de sua disponibilização, todas as informações atualizadas relevantes em relação à Companhia no contexto da presente emissão de Debêntures, sendo que as informações prestadas pela Emissora constantes dos Prospectos são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta, observada a regulamentação aplicável;
- (n) as opiniões, análises e previsões (se houver) expressas no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo em relação à Companhia foram dadas de boa-fé, sendo expressas após serem consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis; e
- (o) não omitiu nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar, conforme entendimento razoável da Companhia, em alteração substancial na situação econômico-financeira ou jurídica da Companhia em prejuízo dos Debenturistas.

CLÁUSULA XI

DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Comunicações

11.1.1. As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:



Para a Emissora:
SANTHER - FÁBRICA DE PAPEL SANTA THEREZINHA S.A.
At.: Sr. Fabio Rosell
Av. Eusébio Matoso, nº 1375, 9º andar
Telefone: (11) 3030-0255
Fac-símile: (11) 3816-5286
Correio Eletrônico: fabio.rosell@santher.com.br

Para o Agente Fiduciário:
At.: Sr. José Alexandre Freitas
Av. das Américas 500, bloco 13, grupo 205
Condomínio Downtown – Barra da Tijuca
22640-100 – Rio de Janeiro - RJ
Telefone: (21) 2493-7003
Fac-símile: (21) 2493-4746/4901
Correio Eletrônico: agente@oliveiratrust.com.br e freitas@oliveiratrust.com.br

Para a Instituição Depositária:
At.: Sr. José Donizetti de Oliveira
Av. Yara, s/n, Cidade de Deus
06029-900, Osasco, São Paulo
Telefone: (11) 3684-3749
Fac-símile: (11) 3684-2714
Correio Eletrônico: 4010.donizetti@bradesco.com.br

Para a CETIP:
Rua Libero Badaró, 425/24º andar
Tel.: (11) 3111-1596 / 3365-4925
Fax: (11) 3111-1564
CEP 01009-000 - São Paulo, SP
Correio eletrônico: gr.debentures@cetip.com.br

Para a CBLC:
Rua XV de Novembro, 275
São Paulo - SP
CEP 01013-001
Tel.: (11) 3233-2178 / 2261
Correio Eletrônico: cble@cble.com.br

11.1.2. As comunicações referentes a esta Escritura serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5

(cinco) dias úteis após o envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada imediatamente pela Parte que tiver seu endereço alterado.

11.2. Renúncia

Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura, desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Companhia prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Companhia nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

11.3. Lei Aplicável

Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

11.4. Título Executivo Extrajudicial e Execução Específica

Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica, submetendo se às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura.

11.5. Irrevogabilidade; Sucessores

A presente Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula II acima, obrigando as partes por si e seus sucessores.

11.6. Independência das Disposições da Escritura

Caso qualquer das disposições desta Escritura venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituírem a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

11.7. Correção de Valores

Para fins de verificação do cumprimento das obrigações constantes desta Escritura, todos os valores de referência nela constantes deverão ser corrigidos pelo IGPM, ou na sua falta ou impossibilidade de aplicação, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da data de assinatura desta Escritura.

11.8. Despesas

A Companhia arcará com todos os custos: (a) decorrentes da colocação pública das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CVM, no SND e no BovespaFix; (b) das taxas de registro; (c) de registro e de publicação dos atos necessários à Oferta, tais como esta Escritura e os atos societários da Companhia; e (d) pelas despesas com a contratação de Agente Fiduciário e Instituição Depositária.

11.9. Foro

Fica eleito o foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

O RESTANTE DESTA PÁGINA FOI INTENCIONALMENTE DEIXADO EM BRANCO

Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura de Debêntures Simples, da Espécie com Garantia Flutuante, em Série Única, para Distribuição Pública, da 2ª Emissão da Santher - Fábrica de Papel Santa Therezinha S.A., datado de 10 de setembro de 2007.

Estando assim, as partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

São Paulo, 10 de setembro de 2007.

SANTHER - FÁBRICA DE PAPEL SANTA THEREZINHA S.A.

Nome: [Assinatura]
Cargo: [Assinatura]

Nome: Fábio Rosell
Cargo: Diretor-Adm. e Financeiro

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS
E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

PATRICIA RUSSO FERREIRA
CPF 314.714.173-08
RG 42.328.566-X

Nome: _____
Cargo: _____

Testemunhas:

Nome: [Assinatura]
CPF: [Assinatura]

Nome: [Assinatura]
CPF: [Assinatura]



SECRETARIA DA FAZENDA
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO
DE SÃO PAULO
DEBÊNTURE

CERTIFICO O REGISTRO
SOB O NÚMERO CRISTIANEIDA SILVA F. CORRÊA
SECRETARIA GERAL

ED000307-4/000



JUCESP